

Associações Profissionais de Militares

Comunicado Conjunto



Estamos em Junho de 2012! Ao serem disponibilizados os boletins de vencimento aos respectivos titulares, confirma-se a supressão de mais de 50% do seu montante por ter sido “suspensão” o Subsídio de férias adicionado ao continuado corte que já vem sendo feito desde o ano anterior entre 3,5% e 10% do valor do vencimento.

Ao arrepio dos preceitos constitucionais da igualdade e da proporcionalidade, decidiu o governo impor aos cidadãos que suportam e fazem funcionar a máquina administrativa do Estado Português, uma medida profundamente lesiva da qualidade de vida dos seus agregados familiares, que leva inevitavelmente a situações de incapacidade de cumprimento de diversas obrigações fiscais, sociais e materiais anteriormente assumidas.

Como se não fossem suficientemente graves estas medidas e suas consequências, não apenas no normal funcionamento da máquina administrativa do Estado Português, mas também no universo dos cidadãos que servem nas Forças Armadas, assiste-se a uma reiterada prática de tentar colocar portugueses contra portugueses com a divulgação de medidas cirurgicamente anunciadas na comunicação social ou em discursos oficiais mas que, na realidade, tardam em materializar-se.

Nesta prática destaca-se, entre outras manobras de diversão, a mistificação que vem sendo feita em torno do “folhetim das promoções”, passando para a opinião pública ideias erradas de tratamento excepcional para os militares, ou anunciando o não pagamento de determinados montantes aos jovens com quem o Estado assumiu compromissos que agora não quer honrar, ou ainda aludindo a “contenção de horas extras”, como se isso não estivesse já sob contenção e como se o universo a quem esta matéria se aplica fosse generalizado entre militares. No entanto o que se pretende com toda esta mistificação não passa de uma tentativa de abrir caminho a um sistema de promoções sectoriais e pontuais sem o consequente e respectivo direito remuneratório. Inaceitável!

Para além do agravamento da qualidade de vida dos cidadãos com estas medidas aqui referidas, tudo se tornará mais difícil e incomportável se nada fizermos para travar este processo de empobrecimento acelerado, que tem já prometido e anunciado um novo salto em direcção ao incumprimento, à miséria e à indignidade, com a supressão do subsídio de Natal previsto para o mês de Novembro. Só lutando unidos conseguiremos alcançar os nossos objectivos, no todo ou em parte, como está a ser evidenciado, por exemplo, com o processo dos Complementos de Pensão de Reforma.

Porque não pretendemos assistir ao “Requiem pela Condição Militar” sem nada fazer, mas porque nos batemos pelas promoções, porque nos opomos ao corte dos subsídios de férias e de Natal, ao corte de parte dos vencimentos e à imposição de novos encargos na área do apoio social, apelamos aos militares que apoiem com a sua presença a **Concentração de Protesto que vai ter lugar no próximo dia 20 de Junho, a partir das 18H00, em frente ao Ministério das Finanças, no Terreiro do Paço, em Lisboa.**

A situação a que sucessivos governos conduziram o nosso país é de facto difícil. Mas tal não pode ser alibi para desrespeitar os valores e princípios inscritos na Constituição da República Portuguesa, Lei fundamental com a qual estamos comprometidos. De nós militares, os cidadãos esperam que não abduquemos do juramento e do compromisso assumido.

As Direcções das ANS e AP
Lisboa, 14 de Junho de 2012

ANS – Associação Nacional de Sargentos – R. Barão de Sabrosa, 57 – 2º - 1900-088 Lisboa

Tel: 218 15 4 966 • Fax: 218 154 958 • E-mail: contacto@ans.pt

AP – Associação de Praças – Rua Varela Silva, Lote 12 –Loja B – 1750-403 Lisboa

Tel: 217 552 939 • Fax: 214 056 487 • E-Mail: geral@apracas.pt